



TJPR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARANÁ



Comitê Interinstitucional de enfrentamento ao covid-19 no sistema carcerário

Ata de Reunião

Reunião on-line

Data: 02 de fevereiro de 2021.

Início: 14h00min.

Término: 15h32min.

Participantes

Tribunal de Justiça do Estado do Paraná Des. Ruy Muggiati - Supervisor do GMF Dr. Eduardo Lino Bueno Fagundes Junior - Corregedoria dos Presídios de Curitiba Dra. Juliana Arantes Zanin - Vara de Execução de Foz do Iguaçu Kleber Humberto da Silva - Assessoria do GMF CNJ/PNUD - Fazendo Justiça Dra. Juliana Marques Resende Ministério Público do Estado do Paraná Dr. Claudio Esteves Dr. Ricardo Lois Defensoria Pública do Paraná Dr. André Ribeiro Giamberardino Assembleia Legislativa Dra. Thais Giselle Diniz Santos	Secretaria de Estado da Segurança Pública Cel. Rômulo Marinho - SESP Dr. Silvanei de Almeida Gomes - SESP Dr. Francisco Santos - CMP Dr. Francisco Caricati - DEPEN Ciro - IML Dr. Vinicius Augustus Carvalho OAB/PR ----- Governo do Estado ----- Feccompar Maria Helena Orreda Coped/Sejuf Dra. Waleiska Fernandes Secretaria de Saúde Lucimar
---	--

Assuntos da Pauta

- 1. vacinação contra o covid-19 no sistema:**
 - a. vacinação das pessoas privadas de liberdade
 - b. vacinação dos servidores do sistema
 - c. planejamento do retorno das visitas dos familiares em decorrência da vacinação ou do retorno às aulas no sistema de educação;
- 2. Situação do Complexo Médico Penal**
 - a. Criação de Grupo de Trabalho para tratar de ações voltadas à saúde mental e a situação do CMP;
- 3. Comunicações:**
 - a. atualizações sobre as unidades que apresentaram surte do Covid-19: Irati e Foz do Iguaçu
- 4. Assuntos gerais:**

Desenvolvimento da reunião

O Desembargador Ruy Muggiati iniciou a reunião e em seguida passou a palavra ao Cel.

Rômulo Marinho, Secretário de Segurança, para suas manifestações, reforçando que a pauta está relacionada às questões de crise na cadeia de Irati e nos presídios Foz do Iguaçu, conforme havia-se deliberado na reunião do dia 19 de janeiro de 2021.

Cel. Marinho trouxe a situação de Foz do Iguaçu e Irati. Irati são 115 presos recuperados, encerrando-se a quarentena. Por solicitação do secretário de saúde do município, houve a prorrogação dessa quarentena por mais 15 dias. Em Foz do Iguaçu são 353 com covid e 37 já foram recuperados. Servidores foram 20 confirmados, sendo que 19 já voltaram a trabalhar; informou que no Estado do Paraná são 365 presos confirmados com covid-19, detalhando as unidades conforme boletim informativo 163 do Depen, [disponível aqui](#).

Dra. Juliana Arantes Zanin pontuou que está acompanhando diariamente os números do Depen e informou que 66 servidores da PF2 em Foz do Iguaçu não compareceram à testagem programada para aquela comarca, questionando o porquê dessa ausência. Questionou ainda se o critério de testagem se dá com a apresentação dos sintomas ou se há previsão de testar a unidade PF2 em sua totalidade.

Cel. Marinho respondeu que o não comparecimento dos servidores foi questionado ao coordenador da unidade para obter esclarecimentos sobre essa situação e assim que obtiver a resposta, esclarecerá à magistrada. Informou que o Estado possui testes suficientes para a testagem integral de todos os presos e servidores;

A Dra. Juliana pontuou que sua indagação se deu pela necessidade de acompanhamento, vez que a direção da PF2 determinou a suspensão da movimentação interna por 30 dias para evitar-se mais contaminações; informou que do bloco 1 daquela unidade, onde iniciaram as contaminações, todos foram testados. Questionou se seria salutar ou recomendado a testagem do restante do presídio; o bloco 1 era de maior preocupação, pela características dos presos, em virtude de possuir idosos, mas constatou-se a ausência de casos graves; questiona se haveria a previsão para a testagem do bloco 2 na totalidade;

Cel. Marinho destacou que em contato com o médico responsável pela regional de Foz do Iguaçu, haverá a reunião no dia 02/02/2021, para definir a estratégia de testagem; que esse médico está ciente do pedido da Dra. Juliana em relação à necessidade e obrigatoriedade de testar todos os servidores; assim, serão feitos todos os esforços para que sejam todos testados, desde presos a servidores;

Dra. Juliana respondeu que a diligência teve característica de indagação e não de fixar uma obrigação; que esta indagação foi subscrita pela Promotora de Justiça da Comarca, a fim de averiguar o porquê ou motivo de que os 66 servidores não teriam comparecido à testagem, por considerarem do ponto de vista coletivo, a importância dos testes; pontuou que seria interessante verificar se houve resistência deliberada e disponibilizar novamente os testes, visando a segurança dos próprios servidores da unidade, das pessoas presas e também das pessoas do círculo de convivência desses servidores;

Dra. Maria Helena Orreda questionou se houve retorno do relatório do IML sobre o preso que faleceu em Irati, uma vez que se passaram os 10 dias desde a última reunião; questionou se a morte foi contabilizada como covid-19; questionou ainda como será feito em Francisco Beltrão em relação às testagens, se passará por uma testagem de toda a unidade, se há uma definição epidemiológica para acontecer as testagens ou será usado um outro critério, como de segurança, para testar; complementa o questionamento indagando como é feita essa avaliação para definir o quantitativo das testagens, se esse quantitativo é por amostragem e se assim for, qual percentual dessa amostragem, em caso positivo seria indicativo de ampliação dos testes para toda a unidade a fim de se ter clareza do número total de contaminados pelo covid-19;

Cel Marinho respondeu que em Francisco Beltrão são 3 blocos afastados e que o bloco em que houve a contaminação foi isolado, recebendo a visita médica, tratamento e acompanhamento desse bloco isolado pelos profissionais e com estratégias para monitoramento da unidade por sua equipe;

Dr. Ricardo Lois pediu esclarecimentos ao Cel. Marinho sobre a reunião a ser realizada pelo médico da Regional de Foz, quais serão os assuntos tratados na reunião; questionou se existe uma definição para a testagem de todos na unidade de Foz do Iguaçu ou se essa questão também será tratada com a equipe de saúde local; questionou se existe levantamento da quantidade de idosos no bloco 1 da unidade de Foz do Iguaçu;

Cel. Marinho esclareceu que o médico da região de Foz do Iguaçu tem feito o acompanhamento da unidade vez que se trata de uma unidade grande; essa reunião com o médico será para tratar de diretrizes para a aplicação dos testes nos 66 servidores que não testaram e monitorar a situação para acompanhamento dos diagnósticos;

Dr. Francisco Santos acrescentou que em Irati foi apenas um óbito e que aguarda-se o relatório do IML, trazendo que a causa mortis do preso pode não ter sido por covid-19, pois já possuía histórico de outras comorbidades; que a unidade de Irati já passou por mais de 20 dias de isolamento, acreditando que possa ser liberada, desde que se garanta a testagem dos novos presos; sobre a onda de contágios em Foz, acredita que seja uma nova onda de contaminações, pois há aproximadamente 01 mês aquele mesmo bloco teve praticamente 20 contaminados; pontuou que em relação às testagens, o ideal seria a testagem de todos os presos, porém o mais importante seria um monitoramento dos sintomas verificados;

Cel. Marinho informou que foi realizado um mutirão no bloco 1 de Foz do Iguaçu, com objetivo de levantamento e averiguação clínica dos presos, possuindo 36 presos idosos e que todos os presos da unidade estão em boas condições de saúde; sobre a reunião, será realizada pela 9ª Regional de Saúde em conjunto com a secretaria de saúde do município para os devidos acompanhamentos aos privados de liberdade; solicitou ao Perito Ciro que trouxesse a informação sobre a morte do preso em Irati, o qual informou que o laudo pericial ainda está em execução e com atraso devido o engajamento do IML nas atividades relacionadas ao acidente na BR 377 com vários mortos;

Desembargador Ruy Muggiati passou ao tema da vacinação, questionando se existe a possibilidade de elaboração de um plano de vacinação dos presos e dos servidores;

Cel. Marinho informou que o Paraná está em bandeira vermelha de alerta, com vigência do Decreto Estadual até 10 de fevereiro, em razão do grande número de contaminados no Estado; que a equipe de saúde que atua no sistema foi vacinada, em decorrência de um pedido feito à SESA e prontamente atendido; que também foi feito pedido para a vacinação prioritária dos presos, porém aguarda-se posicionamento da SESA, que trabalha em consonância com o plano nacional de vacinação; acredita que para a próxima semana tenha um diagnóstico sobre a vacinação dos presos, porém, até o momento não existe um posicionamento oficial;

Dra. Lucimar da SESA ratificou a fala do Cel. Marinho, de que o Paraná está em alerta; que as 411.000 doses do imunizante são prioritárias aos profissionais de saúde; que a população privada de liberdade está incluída na lista de prioridade nos planos estadual e federal, dentro de sua ordem estabelecida;

Des. Ruy solicitou a possibilidade de que seja definida datas com previsão aproximada da vacinação das pessoas privadas de liberdade, observando as prioridades estabelecidas nos planos;

Dra. Waleiska questionou a SESA e SESP sobre o plano estadual de vacinação, o qual está escalonado em 20 grupos prioritários, sendo que no item 10 tem-se as forças de segurança e salvamento, no item 20 estão as pessoas em privação de liberdade e no item 21, servidores do sistema penitenciário. Informou que o COPED recebeu questionamento do SINDARSPEN sobre a possibilidade de os servidores do sistema penitenciário serem incluídos no item 10 (forças de segurança), no momento da vacinação destes, como forma de criar uma barreira de imunização à população carcerária que está incluída no grupo 20. Exemplificou que o fato de as pessoas presas estarem sem visitas externas, o grande vetor de contaminação pode estar se dando pelos servidores do sistema, reforçou se existe essa possibilidade de inclusão dos servidores do sistema no grupo 10 do plano de vacinação; questionou ainda quando da

vacinação dos profissionais de saúde do CMP que trabalham com o presos doentes se foi considerado vacinar também os policiais penais que lidam com essa população;

Cel. Marinho informou que embora tenha esse escalonamento, pode ser que sejam atendidos pela Secretaria de Saúde, pois suas demandas têm sido atendidas, pois existe um bom diálogo entre essas secretarias e o momento é de aguardar a disponibilização das vacinas, que seriam necessárias 65000 doses para todo o sistema; em relação ao policial penal que trabalha no CMP eles estão incluídos no bloco 10 do plano estadual de saúde, a exemplo da força de segurança e salvamento;

Dr. Francisco Santos informou que todos os profissionais de saúde da CMP foram vacinados; considera importante que os servidores da saúde do estado, que pertencem ao sistema penitenciário, sejam vacinados, com inclusão do pessoal do interior, num trabalho articulado entre a SESA e as secretarias de saúde dos municípios onde possuem unidades;

Dr. Ricardo Lois questionou como é o plano para vacinação de servidores municipais de saúde que estejam cedidos ao Estado e trabalham no sistema carcerário?

Dra. Lucimar respondeu que havendo a disponibilidade de vacinas, elas ocorrem concomitante em todos os locais, pois existem 1860 salas de vacinas no Paraná, mas o ponto crítico é a disponibilidade do imunizante; os profissionais de saúde possuem prioridades, principalmente os que estão na linha de frente; fez referência ao anexo IV do plano estadual de vacinação o qual elenca quem são os profissionais de saúde com prioridades ao recebimento da vacina; reforçou que a capacidade de resposta e de atuação na vacinação é eficiente, dependendo apenas da disponibilidade do imunizante;

Dra. Thais questionou a respeito das visitas dos familiares, pedindo esclarecimentos sobre uma estimativa de retorno das visitas, considerando 2 momentos, o anterior a vacina e o posterior, considerando que nem todos estarão imunizados e ainda, que é urgente uma alternativa, mesmo que restrita, para a vacinação, vez que já perfaz quase um ano sem acesso dos familiares aos presos; questionou também sobre a reunião da SESP com os familiares, se haveria a possibilidade de indicar um agendamento da reunião com os familiares, para esclarecimentos aos familiares que estão buscando essa informação, sugerindo que seja agendada a partir do dia 18 de fevereiro;

Cel. Marinho respondeu que a SESP tem organizados estudos sobre a questão da visitação, o que depende do quadro pandêmico, o que eleva a preocupação com a vida das pessoas presas a fim de se evitar ao máximo a contaminação nos presídios e não se ter um quadro de contaminação a exemplo do Estado de São Paulo, que vive um quadro de grande contaminação;

Dra. Juliana questionou quais as medidas paliativas tomadas em virtude da suspensão das visitas, se existe contatos virtuais entre presos e seus familiares;

Dr. Vinicius acrescentou que por um período futuro o encontro coletivo entre familiares e presos não será uma realidade; que é necessário um avanço nas visitas virtuais, porém, os poucos recursos tecnológicos e espaços para atender as questões processuais como audiências, são empecilhos que dificultam; que a ampliação das videoconferências são objeto de estudo, porém não é possível uma definição certa; ressaltou que as ações apresentam sucesso em relação ao pequeno número de mortes no sistema pelo covid-19;

Dr. Caricati acrescentou que o sistema de webvisitas tem sido usado com avanços, porém com a pandemia houve uma sobrecarga, exigindo do Depen estudos para avançar no uso dessa tecnologia e que nesse momento, as visitas realizadas virtualmente estão servindo para amenizar a ausência das visitas presenciais;

Dra. Maria Helena Orreda pontuou que percebe uma melhoria no sistema de webvisitas, em comparação com o início da pandemia, que contou com apoio dos conselhos da comunidade, mas ressaltou que ainda existe uma defasagem dessas visitas, sendo insuficientes, vez que há crêcia de estrutura para alcançar a todos; demonstrou preocupação com os presos que ainda

não fizeram nenhum tipo de contato desde março de 2020 com seus familiares; pontuou outras modalidades de contato entre presos e familiares, como cartas, em parceria com Depen e Conselhos; ressaltou que a ampliação da estrutura das webvisitas seria salutar para essa demanda, destacando a disponibilidade dos conselhos em ofertar apoio às famílias que não possuem recursos tecnológicos para o contato com seus presos;

Dr. Ricardo Lois retomou o tema sobre a cessão de servidores municipais para atuarem no sistema prisional, reiterando a questão se esse servidor será priorizado no momento da vacinação obedecendo o Plano Estadual ou inserido no plano municipal de cada município?

Cel. Marinho em resposta ao Dr. Ricardo, a SESP tem identificado essas questões a fim de priorizar a vacinação dos profissionais de saúde que estão na linha de frente, independente da vinculação com o Estado ou municípios

Dra. Lucimar ratificou a priorização dos profissionais da saúde que estão na linha de frente contra o covid-19, que já foram incluídos no plano de imunização, independente do vínculo empregatício;

Dr. Francisco Santos complementou que o plano de vacinação contempla prioritariamente os profissionais da saúde;

Dra. Thais elencou a fim de deixar claro os compromissos assumidos pela SESP: a melhoria das visitas virtuais, vez que em reunião com os familiares, as principais dificuldades para a realização das webvisitas é a falta de acesso dos familiares a equipamentos e recursos tecnológicos para esses acessos. Dessa forma, pontuou que mesmo que se tenha um panorama de duração muito grande da pandemia, a webvisitas não pode ser um instrumento de substituição às visitas familiares; ratificou se existe uma proposta ou data para uma reunião a fim de que possa ser estabelecido ao menos um projeto piloto para o retorno das visitas, a fim de levar informações clara aos familiares; informou que as famílias estariam organizando um ato de manifestação e que seria importante cuidar, apresentando esclarecimentos, a fim de se evitar aglomerações;

Dra. Waleiska informou que o Conselho Permanente de Direitos Humanos irá protocolar junto à SESP ofício solicitando reunião a fim de que seja apresentado um planejamento de retomada das visitas, observando todo o panorama da pandemia. Ressaltou que as famílias demandam por informações claras e técnicas a fim de apaziguar as angústias. Assim, o questionamento é sobre a possibilidade de um planejamento, que haja esclarecimento às famílias sobre a forma que podem entrar em contato, ou seja, a proposta é no sentido de colaborar junto à SESP em informar aos familiares e tranquilizá-los enquanto as visitas estejam suspensas.

Cel. Marinho destacou que responderá ao ofício do COPED; mas ressaltou que não é possível dizer quando que o sistema será aberto à visita dos familiares, vez que o quadro pandêmico no Paraná teve um acréscimo de 117% de contaminações; que está ciente da dificuldade de comunicação entre os presos e seus familiares e estão tomando medidas para aquisição de mais equipamentos;

Dra. Waleiska esclareceu que o pedido do COPED não é sobre data de abertura do sistema, mas sim, sobre comunicação com as famílias, não existindo por parte do COPED pressa em relação à abertura, pois preza pela segurança, apenas que toda a preocupação com a segurança e todas as decisões tomadas sejam externalizadas aos familiares, para que tenham clareza nas informações;

Des. Ruy Muggiati encerrou a reunião, **agendando a próxima para o dia 09 de fevereiro de 2021, às 14h00min. Destacou que a criação do Grupo de Trabalho para análise dos problemas do CMP está em criação pelo GMF, a ser comunicado ao comitê em breve.**

